

UM ESTUDO DA PERCEPÇÃO DO GOVERNO ABERTO NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA – PB

Tiago Henrique de Souza Echternacht
Adônis Antas Cordeiro

Submetido em: 11/05/2020

Aceito em: 06/07/2020

Resumo

O governo aberto encoraja os gestores na promoção de transparência, integridade, colaboração com a governo-sociedade e responsabilidade na condução de forma eficiente e inovadora na gestão de políticas públicas. Objetivou-se, neste trabalho, identificar aspectos do Governo Aberto no município de João Pessoa – PB, a partir da percepção do gestor responsável pelo processo. A pesquisa caracterizou-se como exploratória e qualitativa. A coleta de dados foi feita, por meio da reaplicação e adaptação de um questionário idealizado por Criado e Gómez (2016), que pertencem ao Centro de Pesquisa NOVAGOB da Espanha, além da aplicação de uma entrevista semiestruturada, como complemento qualitativo. A análise dos dados ocorreu com a análise descritiva do questionário e com a descrição da transcrição em textos para a entrevista. Os resultados mostraram uma situação de implementação parcial do Governo Aberto no município de João Pessoa, mesmo considerando a existência de iniciativas de Governo Aberto, baseadas na percepção do secretário executivo da SETRANSP. Os resultados também mostraram o nível de conhecimento possuído pelo secretário dentro de um conhecimento básico, e o fato do secretário executivo estar preparado para liderar as iniciativas avançadas de Governo Aberto no município de João Pessoa.

Palavras-chave: Governo Aberto *Open Government Partnership* (OGP); Transparência; Participação cidadã; Colaboração; Dados Abertos.

A STUDY OF OPEN GOVERNMENT PERCEPTION IN THE CITY OF JOÃO PESSOA – PB

Abstract

Open government encourages managers to promote transparency, integrity, collaboration with government-society and responsibility to conduct public policy management in an efficient and innovative way. The objective of this work was to identify aspects of Open Government in the city of João Pessoa - PB, based on the perception of the manager responsible for the process. The research was characterized as exploratory and qualitative. Data collection was carried out through the reapplication and adaptation of a questionnaire designed by Criado and Gómez (2016), which belong to the NOVAGOB Research Center in Spain, in addition to the application of a semi-structured interview, as a qualitative complement. The data analysis occurred with the descriptive analysis of the questionnaire and with the description of the transcription in texts for the interview. The results showed a situation of partial implementation of Open Government in the municipality of João Pessoa, even considering the existence of Open Government initiatives, based on the perception of the executive secretary of SETRANSP. The results also showed the level of knowledge possessed by the secretary within basic knowledge, and the fact that the executive secretary is prepared to lead the advanced Open Government initiatives in the municipality of João Pessoa.

Keywords: Open Government; Open Government Partnership (OGP); Transparency. Citizen participation; Collaboration; Open data.

1. INTRODUÇÃO

Segundo Criado e Gómez (2016, p. 4), “o conceito de Governo Aberto está em processo de maturação, colaborando na consolidação de um novo paradigma na gestão pública”. Então, “Governo Aberto”, de maneira ampla, é uma realidade que envolve diversos temas, que estão relacionados à disponibilidade e facilidade no acesso à informação da gestão pública, transparência nas contas e políticas públicas, participação cidadã, colaboração entre os setores públicos e privados e os cidadãos, responsabilidade em prestação de contas, e inovação com o uso de novas tecnologias de informação (BELLIX ; GUIMARÃES & MACHADO, 2016).

A primeira etapa do Governo Aberto, no mundo, foi dada pelo presidente americano Barack Obama, em seu Memorando sobre Transparência e Governo Aberto, em janeiro de 2009, que instituiu a criação de um sistema mais transparente, participativo e colaborativo publicamente, além da criação da Direção de Governo Aberto, emitido em dezembro de 2009 (Susha, 2015).

A seguir, veio a criação, em 2011, da Aliança Internacional de Governo Aberto, conhecida oficialmente como *Open Government Partnership* (OGP), que trata de uma parceria formada por mais de 60 países, da qual o Brasil é um dos cofundadores e que, após se juntarem aos princípios e orientações estabelecidos pelos países fundadores, devem se apresentar à Comissão da OGP relacionada aos planos de ação para governo aberto, contendo projetos e políticas já implementados, em andamento ou comprometidos para serem implementados em um futuro breve (OSZLAK ; KAUFMAN, 2014).

Em relação ao âmbito local, de acordo com a OGP (2017), em seu documento “*What’s in the OGP Subnational Action Plans*”, existem 15 cidades, ao redor do mundo, pioneiras nos planos de ação subnacionais para Governo Aberto, cuja cidade de São Paulo é a que representa o Brasil. Além disso, há também a liberdade para mais governos locais entrarem na parceria com a OGP por força de vontade própria, ou seja, os governos municipais interessados em tornarem-se mais transparentes, participativos, colaborativos e inovadores, podem fazer parte diretamente da proposta de Governo Aberto. Dito isso, trazendo para uma realidade local, propõe-se o seguinte problema: Quais aspectos do Governo Aberto encontram-se no município de João Pessoa – PB?

Desde a entrada do Brasil na parceira *Open Government Partnership* (OGP), de acordo com a Controladoria Geral da União – CGU (2017), o país fez o 3º Plano de Ação para Governo Aberto e, já se encontra no 4º Plano, isso influência não só a esfera federal, mas também a estadual e a municipal. Apesar de que em termo de município, o governo aberto foi implementado de fato apenas em São Paulo – SP, mas já existe discussões para mais municípios fazerem parte da iniciativa da OGP, então é uma questão de tempo até que outras cidades sigam o exemplo de São Paulo, inclusive a própria cidade de João Pessoa – PB. Aliás, mesmo que o município de São Paulo seja o pioneiro sobre governo aberto, não significa que governo aberto não está presente nas demais cidades, a cidade de João Pessoa de maneira tímida também participa no processo de abertura de governo, com seu portal de transparência e outras medidas que se encaixam nas iniciativas de governo aberto que serão questionadas na pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O GOVERNO ABERTO

Visando-se a um maior detalhamento, esse tópico será exposto em cinco partes: Conceito de Governo Aberto, Implementação de Governo Aberto, Transparência, Participação e Colaboração Cidadã e Dados Abertos.

2.1.1 Conceito de Governo Aberto

É possível pensar sobre o conceito de Governo Aberto como uma ferramenta apenas de transparência, mas não é só disso que se trata o governo aberto. Segundo o Guia OGP (2014), o mesmo pode ser definido por meio dos seguintes princípios estabelecidos:

- **Transparência:** as pessoas entendem o trabalho que é realizado pelos seus governantes, conseqüentemente, as informações desse trabalho terão de ser abertas a todos, tempestivas, acessíveis e compreensivas.
- **Participação:** a sociedade pode influenciar o trabalho do governo, por meio do envolvimento com debates e propostas em políticas públicas e serviços públicos;
- **Prestação de contas (*accountability*):** a sociedade pode responsabilizar o governo a prestar contas de sua política e prestação de serviços.

Para Oszlak (2013), “Governo Aberto” é uma filosofia de governo, que se destaca sendo uma modalidade de gestão pública mais transparente, participativa e colaborativa entre governo e cidadãos, além de mais responsável pela utilização de recursos públicos.

Complementa a definição de Governo Aberto, mesmo que esse complemento não esteja nitidamente no conceito de governo aberto, a inclusão dos temas viesados: diversidade, gênero, inserção, linguagem e acessibilidade (BELLIX ; GUIMARÃES & MACHADO, 2016).

É importante lembrar que não se deve confundir o conceito de “Governo Eletrônico” com o de “Governo Aberto”. De acordo com Calderón e Lorenzo (2010), Governo Eletrônico refere-se à aplicação pura de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), na qual não se repensa a administração, e, sim, apenas os processos técnicos; por outro lado, o Governo Aberto refere-se aos valores, repensando administrações e governos, seus procedimentos e princípios.

Tendo em conta o conceito de Governo Aberto, é importante apresentar quais reformas e benefícios que o mesmo proporciona. De acordo com a OGP (2016b), as reformas principais estão relacionadas à promoção da transparência, auxílio ao combate à corrupção, aproveitamento da inovação tecnológica para melhor acesso à informação, ao empoderamento da população sobre seus governos, cujos benefícios seriam os governos mais efetivos e abertos perante a população.

2.1.2 Implementação de Governo Aberto

Para implementar Governo Aberto, as nações formam parceria com a OGP, cujo guia, denominado “*how to join*” (OGP, 2016a), traz uma série de etapas para firmar a participação, quais sejam:

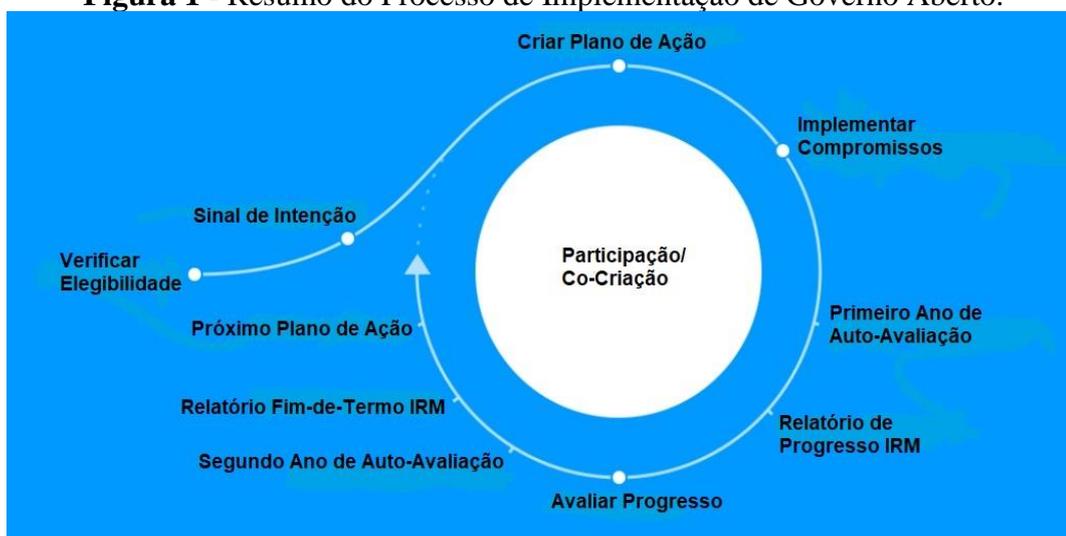
- a) Alcance à elegibilidade – Os países devem expor um nível mínimo de compromisso na abertura dos princípios do governo em quatro áreas centrais: *transparência fiscal*, relacionada à publicação tempestiva de documentos orçamentais essenciais; *acesso a informação*, estruturando o direito da população à informação e ao acesso de dados do governo, que é essencial para o espírito e a prática de governo aberto; *divulgação de ativos de políticos e funcionários públicos*, que destaca sobre as ter normas que exigem a divulgação ao público da renda e ativos de políticos eleitos e funcionários públicos, e que são de extrema necessidade contra a corrupção e para um governo mais aberto e responsável; e *participação do cidadão*, relacionada à proteção básica para liberdades civis e a participação dos cidadãos na formulação de governança e políticas. Essas quatro áreas têm um sistema de pontos, cujo país se torna elegível, marcando, no mínimo, 75% da pontuação total.
- b) Enviar carta de intenção – Assim que atingirem a elegibilidade, os países interessados na parceria OGP devem submeter uma carta de intenção aos copresidentes da OGP e uma cópia à Unidade de Apoio da OGP. Qualquer instância do governo que tenha recebido a aprovação do Chefe de Estado e a assinatura de um funcionário de algum ministério pode enviar a carta. Na carta de intenção são contidas, além da intenção formal, o compromisso de respeitar os princípios de Governo Aberto articulados na Declaração de Governo Aberto; tratando-se do quesito conteúdo, a carta deve confirmar que o governo cumpre todas as exigências

da OGP, endossar a Declaração de Governo Aberto, descrever e discutir as reformas de governo aberto, especificando o governante que será responsável por essas práticas dentro do país.

- c) Identificar um Ministério responsável ou Agência – A Unidade de Apoio da OGP, após receber a carta, irá acatar quaisquer dúvidas e fornecer orientação ao representante escolhido, conectando-o com especialistas técnicos na área. A Unidade de Apoio da OGP indica que o ponto de contato oficial seja um indivíduo de alta patente, com função que influencia-se em todo o governo.
- d) Desenvolver um Plano de Ação Nacional ou *National Action Plan* (NAP), em inglês - Os Planos de Ação Nacionais são o resultado da cocriação em que o governo e a sociedade civil definem compromissos audaciosos para promoverem transparência, responsabilidade em prestação de contas, além da participação e colaboração cidadã. Os países só são considerados participantes oficiais no OGP, assim que começam a consultar os cidadãos e a desenvolver um NAP, além disso, a OGP indica o uso de um cronograma para o desenvolvimento do plano de ação, após a primeira reunião entre governo e sociedade civil e a sua publicação em linha de tempo precisa.
- e) Produzir Relatórios de Auto-Avaliação e Mecanismo de Relatórios Independentes ou *Independent Report Mechanism* (IRM), em inglês - Com o início do NAP, os países devem elaborar dois relatórios de autoavaliação: o primeiro, vem com término de um ano de sua implementação, destinado a discutir o processo da sua literatura e, quanto ao segundo, que vem ao término de dois anos, destina-se a discutir os resultados dos compromissos concluídos no NAP. No que se refere ao IRM, os países participantes também devem produzir dois relatórios: IRM, o primeiro vem após um ano e meio de NAP, destinado à sua avaliação, do processo de elaboração e de implementação de compromissos no NAP; o segundo IRM, chamado fim de termo”, foca nos resultados finais alcançados em dois anos de implementação do NAP.

A seguir, tem-se o resumo do processo de implementação de Governo Aberto discutido até agora, cuja Figura 1 foi retirada e adaptada do site oficial da *Open Government Partnership*.

Figura 1 - Resumo do Processo de Implementação de Governo Aberto.



Fonte: OGP (2016b).

O Governo Aberto faz parte de um novo aspecto da Administração Pública, pois desenvolve projetos e ações voltados ao aumento da transparência - no Brasil, especialmente nos últimos 3 anos, a luta contra a corrupção, a participação social e o incentivo à criação de novas tecnologias, tornando o governo mais ágil, responsável e preparado para o que lhe é dever: satisfazer as necessidades dos cidadãos.

2.1.3 Transparência

De acordo com Oszlak e Kaufman (2014,p. 89) “a transparência é um dos pilares de Governo Aberto”. Então, entende-se a necessidade deste tema na formulação teórica desta pesquisa.

Segundo o ex-presidente estadunidense Barack Obama, em seu “*Memorandum on Transparency and Open Government*”(OBAMA, 2009), a transparência é um meio que promove a responsabilidade na divulgação de informações das contas e políticas do governo ao público, e deve-se disponibilizar essas informações com a ajuda de novas ferramentas de tecnologia, para uma maior facilidade de acesso por parte da sociedade civil, além da identificação das informações mais relevantes.

Para ressaltar o papel da transparência no Governo Aberto, pode-se afirmar que

É necessário reafirmar o papel da transparência e da responsabilização na implantação do governo aberto e na eficácia da administração pública. Estas ferramentas também foram constituídas nos direitos dos cidadãos (o direito de saber) e nos deveres das autoridades públicas (obrigação de informar). Hoje não é uma opção para funcionários públicos, mas uma obrigação imposta a eles. As autoridades públicas devem atuar dentro de um quadro de transparência ativa, não apenas esperando pedir informações. Sem necessidade de que isso ocorra e sob o conceito de transparência passiva, devem colocar à disposição dos interessados por todos os meios possíveis (NASER; RAMÍREZ-ALUJAS; ROSALES, 2017, p.85).

A transparência é representada principalmente pela disponibilidade de acesso as informações por vários meios, e, na maioria dos casos, pela internet. Observando os fenômenos dos governos desenvolver em estratégias de transparência mais próximas a realidade da comunidade, e também com a comunidade fornecendo informações por si mesma, esses fenômenos intensificaram-se recentemente com uso da ferramenta 2.0 (um exemplo bem conhecido é o *WhatsApp*), e com a transformação de receptores de conteúdo em produtores (KAUFMAN, 2012).

2.1.4 Participação e colaboração cidadã

Oszlak (2013) entende que a participação cidadã não ocorre simplesmente pelo convite por parte do governo a população, uma vez que, normalmente, são precisos novos estímulos além dos fornecidos pelos canais de participação do governo. Esses estímulos podem vir quando a população percebe políticas danosas vindo dos governantes. Não está na natureza dos cidadãos agirem como atores políticos, mas agiriam com um incentivo relevante a ponto de mobilizá-los, e o motivo seria explicado pelo princípio da ação coletiva, no qual, quaisquer ameaças a um valor ou direito coletivo por parte dos governantes mobilizaria o grupo, e, sem isso, seria mais fácil a população tornar-se passiva e ausente.

Quanto à colaboração, de acordo com Naser, Ramírez-Alujas e Rosales (2017), deve haver a colaboração entre os setores público e privado e os cidadãos, em que, cada um reconheça totalmente os seus diferentes papéis para o desenvolvimento, e também entre as instituições públicas, no nível central e no descentralizado. A participação cidadã relaciona-se com a colaboração, de modo que se torna possível a participação, desde que nítida e qualificada, ao ser um instrumento de colaboração para avanço e melhoria da gestão.

2.1.5 Dados Abertos

Os Dados Abertos são uma das iniciativas prediletas no NAP que os governos implementam, e tem por objetivo fornecer fontes de dados públicos maiores e mais variados, podendo ser usados para tomada de decisão, reutilização para pesquisas, conselho ou exploração comercial (OSZLAK; KAUFMAN, 2014). Então, entende-se por Dados Abertos:

De acordo com o conceito de dados abertos, se deve entregar a informação em formatos que permitam ao cidadão analisar, interpretar, reutilizar, sistematizar e chegar às suas próprias conclusões em relação ao seu conteúdo. O cidadão também deveria ter a capacidade de intervir em assuntos da administração pública de forma colaborativa e qualificada, especialmente no projeto e implementação de políticas públicas inclusivas. (NASER; RAMÍREZ-ALUJAS; ROSALES, 2017, p. 61, tradução nossa).

De acordo com Khan e Foti (2015), para uma melhor contribuição ao governo e a população, os Dados Abertos devem cumprir quatro condições básicas: divulgação, publicidade, reação pública e prestação de contas. A seguir tem-se no Quadro 1, um resumo simples dessas quatro exigências:

Quadro 1 – Resumo das condições para Dados Abertos

DIVULGAÇÃO <ul style="list-style-type: none"> • Usabilidade: acessibilidade e reutilização de informação • Utilidade: dados politicamente importantes e dados de desempenho do serviço público
PUBLICIDADE <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade técnica: traduzir dados em informações utilizáveis ao público • Ambiente favorável: imprensa livre e internet livre
REAÇÃO PÚBLICA <ul style="list-style-type: none"> • Eleições: o público pode participar de forma gratuita, justa e em eleições periódicas • Participação: existem outras vias de responsabilidade na prestação de contas entre as eleições (participação, supervisão parlamentar e judicial)
PRESTAÇÃO DE CONTAS <ul style="list-style-type: none"> • Resposta: as autoridades respondem • Sanção: as autoridades recebem sanções

Fonte: adaptado de Khan e Foti (2015).

2.2 GOVERNO ABERTO NA AMÉRICA LATINA

De acordo com Franzblau (2014), na América Latina já são 15 países em parceria com a OGP, sendo que 14 desses países já apresentaram o NAP, e também 328 iniciativas visadas a integrar os princípios de governo aberto; portanto subtende-se que a América Latina está bem avançada em sua relação com o governo aberto comparado aos outros continentes, ainda mais que dos 48 governos do mundo que estão implementando e desenvolvendo o plano de ação OGP, 14 deles são países latino-americanos, proporcionalmente o continente com maior número de participantes.

O desenvolvimento de Governo Aberto na América Latina, de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2016), está estruturado no conceito de Governo Aberto que cada país adotou, sendo esses representando três quartos dos países que responderam à pesquisa da OCDE; está estruturado também no fato que muitas iniciativas de Governo Aberto ainda estão dispersas, que apenas alguns países implementaram um NAP de maior alcance, e que mais da metade das nações latino-americanas têm como objetivo principal nas políticas de Governo Aberto, melhorar a transparência.

Ainda de acordo com a OCDE (2016), outra informação relevante sobre o Governo Aberto na América Latina é que dentre os maiores desafios para implementar iniciativas de Governo Aberto, os que afetam a maioria dos países latino-americanos são a falta ou

insuficiência de recursos financeiros e a falta ou insuficiência de comunicação e conscientização entre os funcionários públicos sobre os proventos das iniciativas de Governo Aberto.

2.3 GOVERNO ABERTO NO BRASIL

No processo histórico brasileiro de busca por gestões públicas mais eficientes, transparentes e participativas, a relação entre Brasil e Governo Aberto começou, de acordo com histórico da Controladoria Geral da União – CGU (2014), oficialmente em 2011, com a publicação do Decreto de instituição do Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto em 15 de setembro de 2011; no qual os seus principais artigos que podem ser destacados são: art. 1º, que instituiu o Plano de Ação Nacional sobre governo aberto destinado a medidas e ações que objetivam o incremento da transparência, ao acesso de informação, à melhoria de prestação de serviços públicos e fortalecimento da integridade pública; e o art. 3º que instituiu o Comitê Interministerial Governo Aberto (CIGA). Ainda no ano de 2011 o Brasil consagrou a parceria com a OGP.

Outras medidas e ações que podem ser consideradas os principais marcos de governo aberto no Brasil, conforme Neves (2013) são: Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, O Portal de Transparência do Governo Federal que foi formalizado pelo Decreto 5.482 de 30 de junho de 2005, outro marco foi a Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, Dados Abertos: O Portal Brasileiro de Dados Abertos (Dados.gov.br) veio em 2011, Lei Anticorrupção: A Lei nº 12.846/2013, a Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, conhecida como Lei de Conflito de Interesses, Sistema de Ouvidoria Online: A Instrução Normativa CGU 01/2014 promove a atuação integrada e sistêmica das Ouvidorias do Poder Executivo federal, Política Nacional de Participação Social - PNPS (Decreto nº 8.243/2014): Instituiu tanto a Política Nacional de Participação Social (PNPS), Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia (REDE-LAB): Instituída em setembro de 2014, Escala Brasil Transparente: Em 2015, consistiu numa metodologia desenvolvida pela CGU para medir a transparência pública em estados e municípios brasileiros, Dialoga Brasil (dialoga.gov.br): Em 2015, o Dialoga Brasil consistiu num espaço de participação digital no qual as ideias da população viram propostas para ajudar a melhorar as ações do governo, Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal (Decreto nº 8.777/2016): Estabeleceu regras para disponibilização de dados no âmbito dos órgãos do Poder Executivo Federal.

3. METODOLOGIA

Nesta seção, serão descritas as tipologias utilizadas para a realização da pesquisa, o sujeito da pesquisa, a delimitação do estudo, a coleta dos dados, bem como o tratamento e a análise dos dados.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa se caracteriza como qualitativa, pois, um estudo de enfoque qualitativo, de acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2013), possui um tema pouco explorado no momento, e tenta entender as perspectivas dos indivíduos participantes sobre os fenômenos a sua volta.

Quanto aos objetivos, caracteriza-se como exploratória, por ser uma pesquisa que, de acordo com Beuren (2009, p.80), “por meio do estudo exploratório, busca conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou a construir questões importantes para a condução da pesquisa”.

Por fim, quanto aos procedimentos, a pesquisa se encaixa como estudo de caso e bibliográfica. Estudo de caso, porque a presente pesquisa busca o conhecimento sobre a situação do Governo Aberto no município de João Pessoa. Sobre isso, tem-se que “como método de pesquisa, o estudo de caso é usado em muitas situações, para contribuir ao conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados” (Yin, 2015, p. 4). A pesquisa é bibliográfica por ser baseada em conteúdos já publicados, incluindo os conteúdos de revistas, livros, jornais, teses, dissertações, anais de eventos e disponibilizados em internet, além de outros tipos (Gil, 2010).

O sujeito da pesquisa foi o secretário executivo da Secretaria de Transparência Pública (SETRANSP) do município de João Pessoa. O motivo da escolha do secretário, como respondente, foi decorrente do seu alto cargo em um órgão da administração pública responsável pela implementação de iniciativas de Governo Aberto, dando maior confiança aos dados obtidos.

O estudo foi aplicado na região nordeste, na Prefeitura Municipal de João Pessoa, na SETRANSP, na qual, será identificada a situação do Governo Aberto na cidade, a partir da percepção do secretário executivo da SETRANSP.

No sentido de coletar dados para identificar a situação do Governo Aberto no município de João Pessoa – PB, foi reaplicado o questionário elaborado por Criado e Gómez (2016),

adaptando-o à realidade local e ao fato de ser apenas um município o objeto do estudo, já que o questionário original foi aplicado em 146 municípios espanhóis.

O questionário foi entregue ao sujeito da pesquisa, no dia 14 de setembro e recolhido no dia 19 do mesmo mês, do ano de 2017, foi realizado no ambiente de trabalho do secretário respondente, e buscou coletar dados referentes às dimensões: perfil do respondente; conceito de governo aberto; implantação de governo aberto; participação cidadã; colaboração entre cidadãos, governo e setor privado e dados abertos. Com o questionário nesse formato, entende-se que o enquadramento dos dados ficou mais adequado para, adiante, produzir os resultados.

Para a entrevista semiestruturada, Stewart e Cash Junior (2015, p. 157), recomendam agendar de forma presencial a entrevista, o que foi feito. Para os autores, “a probabilidade de obter respostas adequadas é maior” permitindo, também, a observação de todas as expressões, sejam gestos, o visual, ou a postura do entrevistado.

A entrevista foi agendada no dia 14 de setembro e realizada no dia 19 do mesmo mês de 2017, na Secretaria da Transparência Pública (SETRANSP). Os dados obtidos pelo questionário e pela entrevista semiestruturada foram tratados em duas etapas: a primeira, consistiu em apurar todas as respostas contidas no questionário, após a sua aplicação e transpô-las aos quadros; e, a segunda, ocorreu com a transcrição da entrevista gravada para posterior análise, justificando que, “a transcrição, especialmente de entrevistas, é uma mudança de meio, e isso introduz questões de precisão, de fidelidade e de interpretação” (Flicks ; Gibbs, 2009, p. 28).

Quanto à análise dos dados, foi feita uma análise descritiva do questionário, direcionada aos temas: perfil do respondente; conceito de governo aberto; implantação de governo aberto; participação cidadã; colaboração entre cidadãos, governo e setor privado; e, dados abertos.

Já, em relação à entrevista, foi usada a análise de conteúdo nos textos transcritos, direcionada a complementar os temas: conceito de Governo Aberto; razões para implementar o Governo Aberto; documentos em planos de ação do Governo Aberto; importância do Governo Aberto; ferramentas utilizadas de transparência; percepção de sucesso das ações de transparência; colaboração entre setor público, setor privado e cidadãos; e, percepção do nível de sucesso de ações de participação cidadã.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo consiste em descrever os resultados obtidos e a análise dos dados. Os resultados serão expostos em seis dimensões, assim como foi feito no trabalho de CRIADO e GÓMEZ (2016), já que essa pesquisa traz a reaplicação adaptada do questionário dos mesmos, além do adicional da entrevista semiestruturada, a fim de complementar os resultados obtidos. As seis dimensões são:

- a) Perfil do respondente;
- b) Conceito de Governo Aberto;
- c) Implementação do Governo Aberto;
- d) Transparência;
- e) Participação cidadã;
- f) Dados Abertos.

4.1 PERFIL DO RESPONDENTE

O respondente tem o cargo político de secretário executivo da Secretaria Executiva de Transparência Pública do Município de João Pessoa (SETRANSP), formação em Psicologia, e, quanto à área, unidade ou departamento que seria responsável de gerir o Governo Aberto no município, o mesmo afirmou ser esta a unidade ou departamento de transparência, reforçando a decisão do pesquisador em buscar atingir os objetivos da pesquisa em um órgão público de transparência.

4.2 CONCEITO DE GOVERNO ABERTO

Esse tópico tem como objetivo analisar a percepção do respondente, perante o:

- a) Conceito de Governo Aberto
- b) Nível de associação de Governo Aberto com outros conceitos
- c) Benefícios do Governo Aberto
- d) Conhecimento sobre a Aliança para Governo Aberto (AGA) ou OGP, por sua sigla em inglês.

De acordo com o respondente no Quadro 1, o conceito de Governo Aberto é entendido como uma política de acesso à informação, um projeto de participação cidadã e como transparência, dados abertos, participação e colaboração.

Quadro 1 - Com relação ao conceito de Governo Aberto

Questão nº 1: Das seguintes opções o que é Governo Aberto para você?	
A (X)	Uma política de acesso à informação
B ()	Um novo modelo de gestão pública para gerir contas
C (X)	Um projeto de participação cidadã
D (X)	Transparência, dados abertos, participação e colaboração
E ()	O uso das novas tecnologias entre governo e cidadão

F ()	A aplicação dos valores democráticos por parte de um governo
G ()	Consultas e assembleias cidadãos
H ()	A gestão e administração do governo de forma eletrônica
I ()	Redes sociais e plataformas colaborativas via internet

Fonte: Elaboração Própria (2017).

Para complementar a análise da percepção do conceito de Governo Aberto, foi perguntado ao respondente durante a entrevista o que ele pensa sobre o fenômeno Governo Aberto, sendo afirmado que:

“O Governo Aberto, eu acho que é uma estratégia importante que se consolida cada vez mais, tanto no cenário internacional como também Brasil, e no nosso caso, em relação ao Governo Municipal, a gente já tem um órgão desde 2005, que é a Secretaria da Transparência Pública que, desde lá, já desenvolve algumas ações no campo que a gente compreende como governo aberto, no aprimoramento das ferramentas de transparência, de disponibilização de informações à população, de publicização da rotina interna administrativa do governo. E eu acho que faz com que a gente possa ter um grau de participação popular do cidadão, mais efetiva e com mais qualidade. Aqui a gente também desenvolve as ações de democratização de orçamento, que também é uma vertente de um sistema de controle que compõe, a prefeitura. Eu acho que trabalhar em cima dessa perspectiva do Governo Aberto, faz com que a gente possa ter um avanço, não somente na conscientização política das pessoas, dos agentes políticos, da sociedade civil organizada como um todo, mas que a gente também possa aprimorar cada vez mais o instrumento de gestão que nós temos.”

De acordo com o respondente no Quadro 2, os conceitos considerados totalmente associados ao de Governo Aberto são: dados abertos; democracia; colaboração; transparência; participação cidadã e acesso à informação. Já os conceitos quase totalmente associados são: redes sociais; governo eletrônico; novas tecnologias; interoperabilidade; e cocriação de políticas. Restou apenas o conceito cidades inteligentes (*Smart Cities*), sendo considerado, dentre todos eles, aquele com menos associação ao conceito de governo aberto.

Quadro 2 - Com relação ao nível de associação de Governo Aberto com outros conceitos.

Questão nº 2: Qual o nível de associação considera que tem nos seguintes conceitos com o Governo Aberto?					
Alternativas	1	2	3	4	5
Dados Abertos					X
Democracia					X
Colaboração					X
Transparência					X
Redes sociais				X	
Governo eletrônico				X	
Participação cidadã					X
Cidades inteligentes (<i>Smart Cities</i>)			X		
Novas tecnologias				X	
Interoperabilidade				X	
Acesso à informação					X
Cocriação de políticas				X	

Fonte: Elaboração Própria (2017).

Conforme se apresenta, no Quadro 3, o respondente define como benefícios do Governo Aberto a transparência e acesso a informação, a melhora na qualidade democrática e a maior participação cidadã.

Quadro 3 - Com relação aos benefícios do Governo Aberto.

Questão nº 3: Quais considera que são os principais benefícios do Governo Aberto?	
A (X)	Transparência e acesso a informação
B ()	Redução de custos de gestão
C (X)	Melhora a qualidade democrática
D (X)	Maior participação e colaboração
E ()	Inclusão social através das novas tecnologias
F ()	Dinamização da economia
G ()	Outros (especificar):

Fonte: Elaboração Própria (2017).

De acordo com o Quadro 4, o respondente afirma que sim, sobre conhecer Aliança para Governo Aberto (AGA) ou OGP, por sua sigla em inglês.

Quadro 4. Com relação ao conhecimento sobre a Aliança para Governo Aberto (AGA) ou OGP por sua sigla em inglês.

Questão nº 4: Você conhece a Aliança para Governo Aberto “AGA” (Open Government Partnership “OGP” por sua sigla em inglês)?	
A (X)	Sim
B ()	Não
C ()	Tem escutado a respeito

Fonte: Elaboração Própria (2017).

4.3 IMPLEMENTAÇÃO DO GOVERNO ABERTO

Nesse tópico, foi analisada a percepção do respondente diante dos seguintes assuntos:

- Razões para implementar Governo Aberto;
- Documentos de planos de ação de Governo Aberto;
- Importância do Governo Aberto;
- Percepção de sucesso do Governo Aberto.

Conforme será mostrado no Quadro 5, as principais razões que o município teria em implementar Governo Aberto seria para fomentar a participação cidadã, incrementar a transparência e melhorar os processos de gestão.

Quadro 5 - Com relação às razões para implementar Governo Aberto.

Questão nº 5: Quais seriam as principais razões pelas quais o município implementaria Governo Aberto?	
A (X)	Fomentar a participação cidadã
B (X)	Incrementar a transparência
C ()	Coproduzir políticas públicas
D ()	Promover a comunicação com a cidadania

E ()	Proporcionar informação governamental
F (X)	Melhorar os processos de gestão
G ()	Reduzir os recursos necessários para o funcionamento da administração
H ()	Criar ambientes colaborativos na internet
I ()	Cumprir a normativa
J ()	Melhorar a relação interdepartamental e intergovernamental
L ()	Outros (especificar):

Fonte: Elaboração Própria (2017).

A fim de complementar essa questão, é importante identificar, além das razões, se existes possibilidade de implementação total do Governo Aberto no município. Então, durante a entrevista, foi perguntado se há tal possibilidade, cujo respondente afirmou:

“Olha, a gente tem avançado bastante na consolidação de alguns instrumentos de transparência, verificamos que o governo em si, enquanto estrutura administrativa, ainda é um governo que nós estamos implementando uma cultura, que é uma cultura que não é implementada de um ano para outro, mas que faz com que a gente hoje já sinta uma certa receptividade, e a naturalização de um processo que num passado bem próximo, a gente não tinha essa desenvoltura, essa repercussão no governo em relação há algumas medidas que a própria Secretaria da Transparência ou em algum momento a própria Controladoria Geral Do Município, a própria Ouvidoria, o Orçamento Participativo, tem implementado, já é uma naturalização da política de transparência e de participação do governo, mas a gente ainda tem muito que avançar em relação a várias ferramentas, tanto do ponto de vista da Tecnologia da Informação, porque é um desafio, a gente disponibilizar as ferramentas a serviço da formatação e da efetivação de um governo que seja em sua plenitude pautado nos princípios do Governo Aberto, mas a gente espera sim que num momento, num futuro, não muito distante, a gente já possa ter todas as ferramentas disponibilizadas. Hoje o Portal, ele exerce uma fundamental importância, porque tem aumentado a quantidade de informações que a gente sempre disponibiliza como transparência ativa, mas a gente ainda quer avançar cada vez mais. Por exemplo, as informações sobre a nossa frota de veículos, o nosso gasto com combustíveis, é um objetivo nosso, assim, a curtíssimo prazo, a gente já tem trabalhado nisso, as informações também em relação as obras públicas, nós também temos se esforçado para num rápido espaço de tempo aí, daqui para frente, a gente possa disponibilizar à população, as informações referentes a essas obras públicas, todo o acompanhamento que hoje, por exemplo, o Tribunal de Contas faz, e as informações que o Tribunal de Contas do estado tem, que a gente possa disponibilizar para o acompanhamento real da nossa população. Em relação a outros aspectos mais de execução orçamentária, a gente tem conseguido um avanço importante, porque a cada dia nós atualizamos as informações no sistema três vezes ao dia, e qualquer execução orçamentária, qualquer despesa, a população tem como acompanhar. E o nosso maior desafio eu acho que é fazer uma... ter um certo grau de metodologia conjunta, para dialogar com a sociedade da melhor forma possível. Então hoje tem um orçamento participativo que dialoga com a sociedade, hoje a gente tem a ouvidoria, que, também, dialoga com a sociedade, a própria transparência em si, é mais, eu acho que a gente precisa criar uma sistemática que vá além do próprio princípio da democratização do orçamento, e que passe também num aspecto mais amplo, né, por uma política de Governo Aberto.”

Quando o respondente foi questionado sobre, se as ações de Governo Aberto devem ser documentadas em planos estratégicos ou de ação do município, de acordo com o Quadro 6, o mesmo afirmou que sim, as ações devem ser documentadas.

4.4 TRANSPARÊNCIA

Nesse tópico, foi analisada a percepção do respondente diante da transparência, um dos temas pilares do Governo Aberto, sendo analisada para uma melhor explanação nos seguintes subtópicos:

- a) Presença de normas sobre transparência;
- b) Ferramentas utilizadas de transparência;
- c) Ferramentas utilizadas mais eficazes de transparência;
- d) Percepção de sucesso das ações de transparência no município.

Nesse contexto, o município de João Pessoa conta com normas sobre transparência, conforme é demonstrado no Quadro 6, que traz a confirmação do respondente.

Quadro 6 - Com relação à presença de normas sobre transparência.

Questão nº 6: Conta o município com algum tipo de normativa municipal específica sobre transparência governamental?	
A (X)	Sim
B ()	Não, todavia não está previsto
C ()	Não, mas está planejado para ser desenvolvido em menos de um ano
D ()	Não sei

Fonte: Elaboração Própria (2017).

Quando se trata de ferramentas de transparência, de acordo com o respondente no Quadro 7, o município dispõe de oficinas de atenção ao cidadão, pagina *Web* do município de João Pessoa, portal específico de transparência, e outro meio de transparência, o Sistema de Informação ao Cidadão (SIC).

Quadro 7. Com relação às ferramentas utilizadas de transparência.

Questão nº 7: Que ferramentas o município utiliza para ser mais transparente?	
A (X)	Oficinas de atenção ao cidadão
B (X)	Página <i>Web</i> do município
C (X)	Portal específico de transparência
D ()	Blogs
E ()	<i>Wikis</i>
F ()	Redes sociais
G ()	Outras ferramentas Web 2.0 (<i>whatsapp</i> , periódico, distribuição de conteúdo, <i>mashups</i>)
H (X)	Outros (especificar): Serviço de Informação ao Cidadão

Fonte: Elaboração Própria (2017).

Além de identificar as ferramentas utilizadas, é importante para fins de contribuição desses resultados, descobrir as ações adotadas de transparência, além das que já estão em pratica

no município. Por isso, durante a entrevista foi perguntado ao respondente quais as ações que são adotadas de transparência, para proporcionar informações do que está sendo feito pelo município, obtendo-se a seguinte resposta:

“Olha, a gente... primeiro tem essa questão das obras que a gente já está formatando, que eu acho fundamental que a população acompanhe essa questão. Segundo, a gente tem um Portal da Prefeitura, que informa todas as ações que estão sendo feitas. O próprio Conselho da Transparência, nas reuniões que fez, sempre, também, solicitava informações específicas de uma obra ou de uma temática ou de um projeto que pudesse estar em curso. O Serviço de Informação ao Cidadão, nosso, que tem sido um serviço, também, de ponta aqui da Secretaria, tem respondido todas as demandas que tem chegado. A gente conseguiu fechar o mês de... aliás, iniciar o mês de setembro, até hoje, com 100% das demandas de informação respondidas, e além dessa resposta se dar com efetividade e com qualidade, a gente conseguiu diminuir o prazo que em janeiro era de 15 dias, e ontem a gente conseguiu baixar de 8, ele conseguiu chegar a 7,92, a média de dia de resposta do nosso serviço de informação. Então, a LAI, que é a Lei de Acesso à Informação, tanto a federal como a municipal, que aqui nós temos uma lei nossa regulamentada, e que está sendo efetivamente cumprida, estabelece que a informação, ela deve ser respondida de forma imediata e não havendo possibilidade, estabelece um prazo de até 20 dias, podendo ser prorrogado por mais 10, desde que haja justificativa. E aí a gente tem conseguido 7,92, nesse período, a média de dias de resposta. Algumas secretarias a gente têm trabalhado mais permanentemente, que, inclusive, a resposta seja imediata, o número de respostas, imediatas ou em até dois dias, tem aumentado de forma significativa, porque há todo um trabalho de capacitação, inclusive, com a participação desses órgãos de controle, CGU, Tribunal de Contas do Estado, e a própria Secretaria de Transparência. E nestas capacitações a gente tem trabalhado muito isso, inclusive, tem uma para ser marcada agora, no final do mês de setembro, e a gente já vai trabalhar na forma de oficina, um trabalho mais prático, mais elaborativo por parte da equipe de correspondentes que nós temos. Então são ações que funcionam no município, que a gente repassa as informações do que está sendo feito, de qualquer demanda que possa chegar, e que possa ter algum questionamento por parte da sociedade. Além, também, é óbvio, das redes sociais, que a gente utiliza, mas aí, como existe uma política de centralidade, do ponto de vista da comunicação, para que cada Secretaria não saia repercutindo questões que são específicas e que talvez não englobem a ferramenta central de comunicação, essa política, ela fica mais a cargo da secretaria de comunicação, a politização através das redes sociais, e até mesmo alguns pedidos, algumas respostas que são dadas a população, através dessas ferramentas.”

Levando em consideração quais são as três ferramentas mais eficazes que o município utiliza para ser mais transparente, o respondente apontou a página *Web* do município, portal de transparência específico e, outra ferramenta de transparência, chamada de Serviço de Informação ao Cidadão, conforme o Quadro 8.

Quadro 8 - Percepção de sucesso das ações de transparência no município.

Questão nº 8: Qual é sua percepção pessoal sobre o sucesso da implementação das ações de transparência no município?
--

X	5		4		3		2		1
---	---	--	---	--	---	--	---	--	---

Fonte: Elaboração Própria (2017).

A fim de analisar melhor a percepção do nível de sucesso da transparência, é interessante saber como a relação íntima entre o Governo Aberto e a transparência influencia no processo de melhoramento da transparência do município de João Pessoa. Essa dúvida foi levantada em forma de pergunta, durante a entrevista semiestruturada da pesquisa, cuja resposta segue abaixo:

“[...] A nossa relação é direta, até porque aqui em João Pessoa a gente tem esse diferencial, que é um órgão que centraliza ou que, pelo menos, é responsável pelas políticas de transparência. Esse órgão, ele se modificou, do ponto de vista de estrutura, do ponto de vista de funcionamento, do ponto de vista organizacional de 2005 para cá, então houve algumas mudanças, que impactaram de forma direta, também, no trabalho da Secretaria de Transparência, e hoje a gente compõe o sistema de controle interno da prefeitura. Então, antes, a Secretaria de transparência, ela gerenciava o sistema, e hoje ela compõe a Controladoria Geral do Município, ela é a secretaria mãe desse sistema, mas a gente tem uma relação muito boa com todas as secretarias executivas, até porque a gente acha que esse princípio organizacional, ele fortalece o sistema de controle, participação popular e social e de combate à corrupção, porque unifica a Ouvidoria, unifica a Secretaria da Transparência, unifica Orçamento Participativo, coordenado pela Controladoria Geral do município. Então, dá uma legitimidade, dá uma força, e eu acho que é fundamental que a gente continue nesse diálogo, continue nesse sentido aprimorando as ferramentas de transparência, eu tenho dito sempre que a transparência e o Governo Aberto, de uma forma mais ampla, são processos tão dinâmicos que quando você acha que chegou num determinado ponto, quando você acha que disponibilizou uma determinada ferramenta, quando você acha que unificou o seu interesse na publicização da informação, com alguma ferramenta de TI, que possa lhe auxiliar nessa comunicação e na automatização desse processo, você chega lá e diz, mas realmente era aqui que eu queria chegar. Mas agora o que eu vejo é que eu tenho muito mais a fazer do que realmente eu imaginava que teria quando a gente começou todo esse processo. Então, isso é normal, isso é uma questão até válida. Os próprios índices que identificam e que ranqueiam os municípios, os órgãos públicos, em referência à transparência, eles mudam dinamicamente a metodologia, e às vezes não só a metodologia, mas a metodologia e os princípios da avaliação, exatamente porque tanto a transparência como o princípio do Governo aberto, são questões dinâmicas que elas se retroalimentam, eu acho, fazem uma congestão entre si, vamos dizer assim, uma colaboração entre si, e a gente sabe que os avanços aí são infundáveis, que a gente tem muito ainda o que avançar nesse sentido.”

4.5 PARTICIPAÇÃO E COLABORAÇÃO CIDADÃ

A participação e a colaboração cidadã é um tópico que, para uma melhor análise, foi apresentado nas seguintes partes:

- a) Ferramentas utilizadas para a participação cidadã;
- b) Ferramentas mais eficazes de participação dos cidadãos;

- c) Colaboração entre setor público, setor privado e cidadãos;
- d) Percepção do nível de sucesso de ações de participação cidadã.

Quando questionado sobre quais as ferramentas que o município utilizaria para promover a participação cidadã, de acordo com o Quadro 14, o respondente afirmou que seriam as oficinas de atenção ao cidadão, reuniões de vizinhança e/ou bairro, página *Web* institucional, portal específico de participação cidadã e redes sociais.

Nessa questão, vale lembrar que, por ela ter opções de ferramentas de participação cidadã oriundas de uma implementação avançada de Governo Aberto e, como se entendia que a implementação de Governo Aberto no município encontrava-se de forma parcial, foi adaptada à maneira que descobrisse alguma ferramenta que está sendo usada em tempo real, como foi o caso da opção “outros”, no qual o respondente especificou o Orçamento Participativo.

Quadro 9 - Com relação às Ferramentas utilizadas para participação cidadã.

Questão nº 9: Que ferramentas de participação cidadã o município utilizaria?	
A (X)	Oficinas de atenção ao cidadão
B (X)	Reuniões de vizinhança e/ou bairro
C (X)	Página web institucional
D (X)	Portal específico de participação
E ()	Blogs
F ()	Wikis
G (X)	Redes sociais
H ()	Correio eletrônico
I ()	Foros públicos
J ()	Linha telefônica
L (X)	Outros (especificar): Orçamento Participativo

Fonte: Elaboração Própria (2017).

Na percepção do respondente, conforme se demonstra no Quadro 9, as três ferramentas de participação cidadã no município seriam as oficinas de atenção ao cidadão, o portal específico de participação e as redes sociais. Observa-se que as alternativas, tanto do Quadro 14 como do Quadro 9 são as mesmas - a diferença está agora no objetivo. O quadro seguinte objetivou identificar dentre as ferramentas utilizadas, as mais eficazes.

Quadro 10 - Com relação às Ferramentas mais eficazes de participação dos cidadãos.

Questão nº 10: Quais você acha que são as três ferramentas mais eficazes que o município utilizaria para promover a participação cidadã?	
A (X)	Oficinas de atenção ao cidadão
B ()	Reuniões de vizinhança e/ou bairro
C ()	Página <i>web</i> institucional
D (X)	Portal específico de participação
E ()	Blogs

F ()	Wikis
G (X)	Redes sociais
H ()	Correio eletrônico
I ()	Foros públicos
J ()	Linha telefônica
L ()	Outros (especificar):

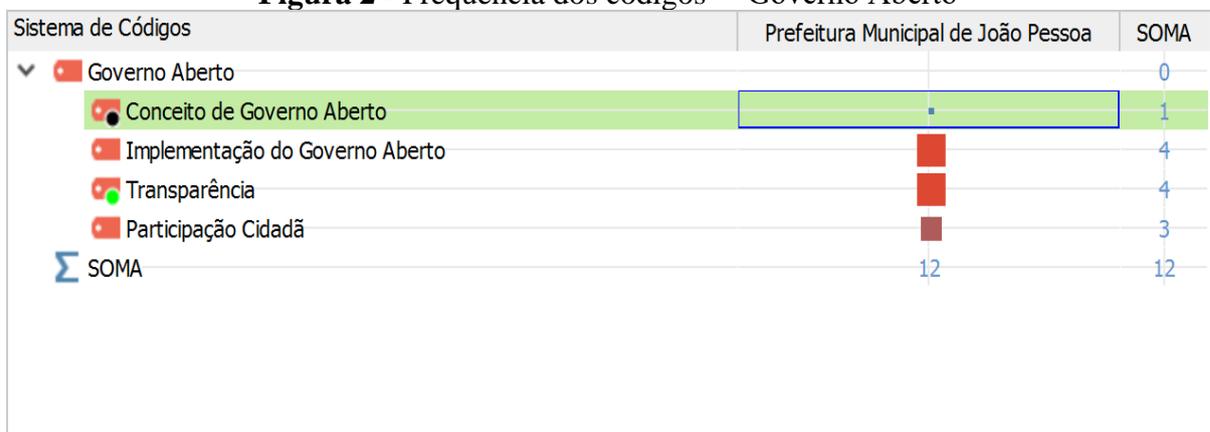
Fonte: Elaboração Própria (2017).

4.7 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE GOVERNO ABERTO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

As subseções anteriores apresentaram a análise descritiva do questionário aplicado na Prefeitura Municipal de João Pessoa, na Secretaria da Transparência, que se verificou a implementação de políticas de governo aberto. Nessa seção, a entrevista com o secretário, apresentou alguns pontos centrais.

De acordo com a codificação feita a partir do *software* de análise qualitativa MAXQDA, existem quatro fundamentações para a implementação de políticas de Governo Aberto no município de João Pessoa, e estas podem ser visualizadas por meio da Figura 2. São elas: Conceito de Governo Aberto, Implementação de Governo Aberto, Transparência e, ainda, a Participação Cidadã.

Figura 2 - Frequência dos códigos - “Governo Aberto”



Fonte: Elaboração Própria (2017).

Na Figura 2, pelo número de frequências apresentadas, destaca-se que os procedimentos para a adoção de políticas de Governo Aberto na PMJP, conforme o gestor, centram-se, principalmente, na implementação do Governo Aberto e na Transparência. No Quadro 11, apresentam-se todas essas percepções do gestor da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Quadro 11 - Principais Desafios da Implementação de Políticas de Governo Aberto.

Categories	Unidade de Registro	Unidade de Contexto	Análise de Conteúdo
Conceito de Governo Aberto	“O Governo Aberto, eu acho que é uma estratégia importante”. “se consolida cada vez mais, tanto no cenário internacional como também Brasil”.	“No nosso caso, em relação ao Governo Municipal, a gente já tem um órgão desde 2005, que é a Secretaria da Transparência Pública, que desde lá já desenvolve algumas ações no campo que a gente compreende como governo aberto, no aprimoramento das ferramentas de transparência, de disponibilização de informações à população, de publicização da rotina interna, administrativa, do governo”.	Identifica-se que a Prefeitura possui ações de Governo Aberto, porém, políticas de governo aberto, não.
Implementação de Governo Aberto	“Olha, a gente tem avançado bastante na consolidação de alguns instrumentos de transparência”, [...] ”a gente espera sim que num momento, num futuro, não muito distante”.	“Governo Aberto, mas, especificamente, assim, de dizer, claro que tem ações que num sentido mais amplo, vão dialogar com essa questão de Governo Aberto. Mas no sentido da questão da sistemática em si, dos compromissos, da própria adesão que foi feita e do acompanhamento posterior, também, não, nesse sentido, não”.	A implementação do Governo Aberto na prefeitura, não foi colocada em discussão, conforme os critérios estabelecidos pela OGP.
Transparência	“A gente dialoga sobre as questões da política de transparência”	“Eu acho fundamental que a população acompanhe essa questão. Segundo, a gente tem um Portal da Prefeitura, que informa todas as ações que estão sendo feitas. O próprio Conselho da Transparência, nas reuniões que fez, sempre, também, solicitava informações específicas de uma obra ou de uma temática ou de um projeto que pudesse estar em curso. O Serviço de Informação ao Cidadão”.	As ações de transparência, foram implementadas por meio de ferramentas de TI, como portais, serviços ao cidadão, de maneira benéfica tanto para a prefeitura quanto ao cidadão.
Participação Cidadã	“Diversas iniciativas da gestão, que dialogam diretamente com a participação popular e cidadã”	“O Orçamento Participativo, ele tem um ciclo anual de atividades”, “Conselho do Orçamento Participativo, que também é uma ferramenta importante. Então, a gestão, ela tem olhado, tem ampliado esse olhar em relação à participação. A própria Ouvidoria, a própria Secretaria de Transparência”.	A Participação cidadã é peça fundamental para a busca de transparência e inserção nesse contexto de Governo Aberto.

Fonte: Elaboração Própria (2017).

A percepção do gestor da alta administração da organização, sobre o aspecto dos conceitos de Governo Aberto, tem como ponto central, desenvolver algumas ações que compreendem como Governo Aberto, no aprimoramento das ferramentas de transparência, de disponibilização de informações à população, rotina interna, administrativa e do governo, porém, no contexto que é colocado pela OGP e no Brasil, representado pela CGU, a PMJP não segue o que foi determinado como passos para que se tenha uma política de governo aberto.

Quanto à existência de implementação de governo aberto, o gestor destaca que existe a possibilidade, em um futuro próximo, de implementar as ações de governo aberto em sua plenitude com documentos, decretos, específicos na temática.

No aspecto da transparência e da participação cidadã, os esforços estão relacionados ao uso de ferramentas de TI, para produzirem portais e serviços de informações, que possam tanto beneficiar a prefeitura, em obedecer às legislações vigentes de acesso à informação, quanto aproximar de maneira eficiente e eficaz o cidadão, demonstrando que as ferramentas vão ajudar, cada vez mais, no controle e na transparência, no combate à corrupção ou em outros desvios por maus usos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo principal identificar a situação do Governo Aberto no município de João Pessoa – PB, a partir da percepção do gestor responsável pelo processo. Esse objetivo foi alcançado por meio da análise e coleta de dados decorrentes de questionário e entrevista, com as quais, de acordo com os resultados obtidos, pode-se analisar que a situação é de uma implementação parcial de Governo Aberto no município, mesmo levando em conta a presença de algumas iniciativas.

Além disso, o município de João Pessoa ainda precisará mais iniciativas de abertura de governo, sobretudo, iniciativas específicas avançadas de Governo Aberto para uma implementação total, notando-se a possibilidade da implementação evoluir do estágio parcial ao total, pois o gestor respondente dá muita importância ao Governo Aberto, mesmo sem a devida orientação pelo governo federal, existindo uma boa expectativa de sucesso na implementação de iniciativas de Governo Aberto – como a iniciativa Dados Abertos, que, mesmo que não esteja presente, existe a intenção de implementá-los, e quase total expectativa de que terá sucesso.

Subtendendo-se que a SETRANSP do município de João Pessoa é a responsável pelas práticas e iniciativas de Governo Aberto, e sendo representada pelo seu secretário executivo, dentro do conhecimento possuído por ele, perante as dimensões do governo aberto, foi algo esperado dentro de um conhecimento básico; a definição dada ao Governo Aberto foi semelhante à apresentada no capítulo de referencial teórico dessa pesquisa, além de haver o conhecimento da existência da OGP. Além disso, foi observado também que os benefícios de Governo Aberto identificados pela secretaria são semelhantes aos que foram apresentados pela

OGP. Ainda dentro do conhecimento, a associação da definição de Governo Aberto a outros conceitos se deu na forma de que, os conceitos com maiores notas eram justamente os que tinham relação direta com governo aberto.

Percebeu-se que, o município de João Pessoa, está preparado para liderar as iniciativas de Governo Aberto mais avançadas, já que o mesmo possui: razões relevantes associadas diretamente aos princípios de Governo Aberto para a sua implementação; gerência de políticas, práticas e ferramentas de transparência e participação cidadã, além da importância dada para haver uma colaboração mútua entre setor público, cidadãos e setor privado. Percebe-se também, a receptividade do município, conforme seus gestores ligados à alta administração sobre uma futura implementação total de Governo Aberto com o fortalecimento da transparência, da participação cidadã e com a percepção de que se deve avançar ainda mais nas propostas de Governo Aberto.

Por fim, como limitação da pesquisa, foi a falta de entrevistar mais de uma pessoa na secretaria de transparência – SETRANSP, do município de João Pessoa, ficando somente na visão do secretário executivo, a percepção de aspectos de Governo Aberto, o que pode passar a visão de um viés nos resultados. Para futuras pesquisas, pode explorar novas secretarias, bem como, outros municípios, para confrontar suas realidades, quanto a transparência, participação e colaboração dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

BELLIX, L.; GUIMARÃES, C. B. S.; MACHADO, J. Qual conceito de Governo Aberto? Uma aproximação aos seus princípios. In: VII Congresso Internacional en Gobierno, Administración y Políticas Públicas (GIGAPP), Madrid. **Anais [...]**.2016. Disponível em: <http://ceweb.br/media/docs/publicacoes/19/Qual%20conceito%20de%20Governo%20Aberto-atualizado_03-out2016.pdf>. Acesso em: 22 de agosto de 2017.

BEUREN, Ilse Maria et. al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 05 maio 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 22 de agosto de 2017.

BRASIL. **Decreto nº. 5.482, de 30 de junho de 2005**. Dispõe sobre a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da administração pública federal, por meio da Rede Mundial de Computadores – Internet. Diário Oficial da União, Brasília, 01 jul. 2005. Seção 1,

p. 4. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5482.htm>. Acesso em: 22 de agosto de 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm> Acesso em: 22 de agosto de 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.** Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências, 2013a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112846.htm>. Acesso em: 22 de agosto de 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.813, de 1º de maio de 2013.** Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei no 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nos 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001, 2013b Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112813.htm>. Acesso em: 22 de agosto de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014.** Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm>. Acesso em: 22 de agosto de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016.** *Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal*, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm>. Acesso em: 22 de agosto de 2017.

CALDERÓN, C.; LORENZO, S. **Open government: Gobierno abierto.** 5ed. Lisboa: Algón Editores, 2010.

CGU. **3º Plano de Ação Brasileiro.** Disponível em: <<http://www.governoaberto.cgu.gov.br/no-brasil/planos-de-acao-1/3o-plano-de-acao-brasileiro/2o-plano-de-acao-brasileiro>>. Acesso em: 13 out. 2017.

CGU. **Instrução Normativa nº 1, da Ouvidoria-Geral da União da Controladoria-Geral da União, de 05 de novembro de 2014.** Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in-ogu-01-2014.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2017.

CRIADO, J. I.; GÓMEZ, E. A. R. **¿Qué es y qué se entiende por Gobierno Abierto? Análisis de la percepción e implementación del Gobierno Abierto en el ámbito local español.** Colección NovaGob Academia, nº 1, 2016. Disponível em:

<<https://lab.novagob.org/documentos/que-es-y-que-se-entiende-por-gobierno-abierto-analisis-de-la-percepcion-e-implementacion-del-gobierno-abierto-en-el-ambito-local-espanol>>.
Acesso em: 16 de agosto de 2017.

FLICK, U.; GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. São Paulo: Artmed, 2009.

FRANZBLAU, J. **OGP in Latin America: Identifying opportunities for advancement in Open Government Commitments**. 2014. Disponível em:

http://www.opengovpartnership.org/sites/default/files/working_groups/OGP%20in%20Latin%20America_0.pdf. Acesso em: 22 de agosto de 2017.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KAUFMAN, E. **Aportes para el Gobierno Abierto y la entrega de servicios: Experiencias canadienses**. 1ª ed. Buenos Aires: El Autor, 2012. Disponível em:

<http://www.esterkaufman.com.ar/?page_id=512>. Acesso em: 23 de agosto de 2017.

KHAN, S.; FOTI, J. **Independent reporting mechanism: Aligning supply and demand for better governance**. Washington: **Open Government Partnership**, 2015. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/0B471ujVfgLNMWINKdEVyMXZ_QaVE/view>. Acesso em: em 23 novembro, 2017.

NASER, Alejandra; RAMÍREZ-ALUJAS, Álvaro; ROSALES, Daniela. Desde el gobierno abierto al Estado abierto en América Latina y el Caribe. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **Anais [...]**. Santiago, abril de 2017.

NEVES, O. M. Evolução das Políticas de Governos Aberto no Brasil. **Anais** do Congresso do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração de Gestão Pública, Brasília, DF, 6, 2013.

OBAMA, B. (2009). **Memorandum on transparency and open government**. Washington: Heads of Executive Departments and Agencies. Disponível em: <https://www.archives.gov/files/cui/documents/2009-WH-memo-on-transparency-and-open-government.pdf> . Acesso em: 23 novembro, 2017.

OCDE. **Panorama de las Administraciones Públicas: América Latina y el Caribe 2017**. Paris: OCDE, 2016.

OGP. **Open government guide: All topics**. London: The Transparency and Accountability Initiative, 2014. Disponível em: <https://www.opengovpartnership.org/sites/default/files/open-gov-guide_summary_all-topics.pdf>. Acesso em: 23 novembro, 2017.

OGP. How to join. **Open Government Partnership**, Washington, 2016a. Disponível em: <<https://www.opengovpartnership.org/how-join>>. Acesso em: 23 novembro, 2017.

OGP. Reformas destacadas de OGP. **Open Government Partnership**, Washington. 2016b. Disponível em: <<https://www.opengovpartnership.org/resources/reformas-destacadas-de-ogp>> . Acesso em: 23 novembro, 2017.

OGP. **What's in the OGP subnational action plans**. Washington: OGP, 2017.

OSZLAK, O. Estado abierto: Hacia un nuevo paradigma de gestión pública. **Anales do Congreso** Internacional del Centro Latinoamerica de Administración para el Desarrollo, Montevideo, Uruguay, 18, 2013.

OSZLAK, O.; KAUFMAN, E. **Teoría y práctica del gobierno abierto: Lecciones de la experiencia internacional**. Buenos Aires: OEA, 2014.

PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS. Disponível em: <<http://dados.gov.br/>>. Acesso em: 23 novembro, 2017.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

STEWART, C. J.; CASH JUNIOR, W. B. **Técnicas de entrevista: Estruturação e dinâmica para entrevistados e entrevistadores**. 14a ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

SUSHA, I. *Participation in open government* (Doctoral thesis). Orebro Studies in Informatics, Orebro University, Suécia, 2015.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed., Porto Alegre: Bookman, 2015.

.